



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005516-13.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio**  
Requerente: **Condomínio Moradas São Carlos I**  
Requerido: **Adriano Fernandes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação que tem origem em cobrança de despesas condominiais.

O réu refutou responsabilidade pelo montante do débito, alegando excesso na cobrança.

Houve pedido contraposto alegando o réu em seu favor que efetuou pagamento indevidos em época que não tinha posse do imóvel.

Instado a se manifestar o autor reconheceu o excesso na cobrança e apontou o real valor devido pelo réu, com o que ele concordou.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o valor da dívida do réu para com o autor.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Por outro lado, rejeito o pedido contraposto por não vislumbrar o elemento subjetivo por parte dela indispensável à sua caracterização.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido contraposto e **PROCEDENTE EM PARTE** a presente ação para condenar o réu a pagar ao autor a importância de R\$333,33, com correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros legais desde a citação, bem como em relação às prestações vencidas no curso do processo (art. 290 do Código de Processo Civil), se houver.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de outubro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA